

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.680 - RJ (2019/0016138-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **BALTAZAR JOSÉ VASCONCELOS RODRIGUES E OUTRO(S)** -
RJ153763
AGRAVADO : **LUCIO FLORIM**
ADVOGADOS : **FERNANDO SARMENTO BASTOS** - RJ037130
ITACOLOMI LIMA CARDOSO - RJ064638

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PEDIDO DOS AUTORES DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DO CARGO DE ASSISTENTE JURÍDICO DO FUNDERJ E SERLA. DECISÃO QUE HOMOLOGA OS CÁLCULOS EM LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. ALEGAÇÃO DE ILIQUIDEZ DA EXECUÇÃO ANTE A FALTA DE DOCUMENTOS HÁBEIS PARA A CORRETA REALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS. AUTORES QUE CONCORDARAM COM LAUDO PERICIAL. ALEGAÇÃO POR PARTE DO AGRAVADO DE EXCESSO. INEXISTÊNCIA. CÁLCULOS ELABORADOS COM BASE EM CONTRACHEQUES EXISTENTES NOS AUTOS. DECISÕES ANTERIORES QUE INDEFERIRAM PEDIDOS DE OFÍCIO À SEPLAG, PORQUE INÚTIL TAL PROVIDÊNCIA. PRECLUSÃO ACERCA DESTES TÓPICOS. ARGUMENTOS RECURSAIS INCAPAZES DE ELIDIR A CORREÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram providos.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 535, III, do Código de Processo Civil.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: "Verifica-se que, apesar de devidamente opostos os embargos declaratórios, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ignorou relevantíssimas questões suscitadas pelo Estado do Rio de Janeiro sobre liquidez da execução, permanecendo a impossibilidade fática de apuração do quantum debeatur".

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 88-95.

É o relatório.

DECIDO.

2. No que se refere à prova produzida nos autos, esclareço que, como

destinatário final, cabe ao Juízo a quo, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento, tendo-o feito no seguinte sentido: "O agravante repisa a ausência de documentos necessários para a elaboração dos valores devidos, o que levaria a cálculos equivocados, sendo ilíquida, portanto, a execução. Contudo, foi acolhido o pedido subsidiário da Fazenda, de forma que os agravados anuíram com os cálculos apresentados, renunciando a qualquer valor a maior. Como bem esclarece o agravado, em suas contrarrazões (index 21), já não influi na questão se há ou não direito à percepção de gratificações e outras vantagens, sendo certo que o perito elaborou o laudo com os documentos existentes nos autos, os quais foram suficientes para liquidar a sentença, pois os contracheques anexados continham as verbas percebidas pela maioria dos autores. A bem da verdade, o argumento fulcral do agravante para sustentar o equívoco dos cálculos é a situação específica do autor Felismar Guilhermino, a quem, de fato, eram devidos valores maiores, restando patente que o Estado usa esse argumento como lhe convém, seja para atravancar o trâmite postulando o envio de ofícios à SEPLAG, mesmo sabendo que tal majoração dos vencimentos daquele autor não se aplicaria aos demais, seja para alegar excesso de execução quando os demais autores já concordaram com o laudo."

3. Observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 535 do CPC/73. Isso porque todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

Ademais, no caso, as conclusões do acórdão recorrido sobre a homologação do laudo pericial, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA NÃO ILIDIDA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. A via estreita do Recurso Especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular 284 do STF.

2. Alterar ou modificar o entendimento da Corte a quo, no sentido de aferir a presença dos requisitos essenciais à validade das CDAs, inclusive no que tange aos requisitos da certeza e liquidez, como pretende a recorrente, demanda reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, conforme entendimento sedimentado no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1718496/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 25/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REVISIONAL DE CONTRATOS

BANCÁRIOS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. CONFORMIDADE COM O ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS. QUESITOS RESPONDIDOS. REITERAÇÃO. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. ART. 1.022 E 489 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1.

Não se viabiliza o recurso especial pela ofensa do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto rejeitados os embargos de declaração, a matéria foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. A análise das supostas irregularidades do laudo pericial que embasou o acórdão estadual tal como pretende o agravante, demandaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso por ambas alíneas.

3. A jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior é de que a simples interposição de recursos cabíveis não implica de forma automática a condenação da parte agravante em litigância de má-fé e pagamento de multa. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1134245/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 26/03/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARÁTER INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. BRASIL TELECOM S.A. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. LAUDO PERICIAL. HOMOLOGAÇÃO. INCORREÇÃO DO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Não se admite, na via do agravo regimental, a inovação argumentativa com o escopo de alterar a decisão agravada.

2. A análise da alegada incorreção dos cálculos contidos no laudo pericial importaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. As razões do agravo regimental não impugnaram especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, o que atrai a incidência do Verbete 182/STJ.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 128.224/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 29/05/2013)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

